

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração 2021

O ano de 2021 deu início ao biênio dedicado às Histórias Brasileiras no MASP, que apresenta novas narrativas visuais, mais inclusivas, diversas e plurais sobre as histórias do Brasil. Além de uma intensa programação voltada ao ambiente digital, neste ano, a programação do MASP contemplou exposições individuais de artistas mulheres brasileiras, começando com Conceição dos Bugres no primeiro semestre e seguindo com Erika Verzutti, Maria Martins, Gertrudes Altschul e Ione Saldanha na segunda metade do ano. No segundo andar do museu, seguiu em exposição a mostra de longa duração *Acervo em transformação*.

Neste ano, o MASP recebeu 234.495 visitantes, sendo que 63% dos visitantes, ou 147.502 pessoas, acessaram o museu de forma gratuita. Durante o ano de 2021, o museu esteve aberto para o público no período entre 02 de janeiro e 05 de março, quando foi fechado em razão das medidas mais restritivas impostas pela pandemia de COVID-19. Em 24 de abril o museu foi reaberto ao público, adotando todas as medidas necessárias para uma visita segura.

Para garantir os limites máximos de visitação, a venda de ingressos ao público permaneceu focada no canal on-line, pelo site do museu, com dia e horário marcados. Em comparação ao ano de 2020, observou-se um crescimento de 67% na visitação total. No último trimestre do ano, observou-se uma recuperação robusta no volume de visitantes, que chegou próximo a média histórica de visitação pré-pandemia.

O ano de 2021 também foi marcado pela resiliência do MASP frente aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19. As receitas operacionais do museu foram afetadas diretamente pela pandemia, especialmente no primeiro semestre do ano, com destaque a receita de bilheteria e a cessão de espaços para espetáculos e eventos. Neste contexto, o apoio financeiro de pessoas físicas engajadas com o propósito do museu, assim como o apoio dos patrocinadores, foi de fundamental importância para garantir a consecução de uma robusta agenda cultural, mantendo o equilíbrio orçamentário e a saúde financeira da instituição.

Pelo segundo ano consecutivo, também em consequência da pandemia, a programação de Mediação e Programas Públicos foi totalmente adaptada para o ambiente online, com destaque a realização de seminários, palestras e cursos do MASP Escola. O museu também manteve uma intensa presença em suas redes sociais, com a criação de conteúdos exclusivos durante todo o ano, que ampliaram as possibilidades de engajamento do público com a programação cultural do museu.

Dentre as premiações do ano, merece destaque a escolha do livro *Afro-Atlantic Histories* como melhor livro de arte de 2021 pelas prestigiosas revistas norte-americanas *Artforum* e *Artnews*. Trata-se uma edição revista, ampliada, redesenhada e em inglês do catálogo *Histórias afro-atlânticas* que acompanhou a exposição realizada no MASP em 2018. A nova edição em inglês foi publicada por ocasião da itinerância da exposição nos Estados Unidos, inaugurada em outubro de 2021 no *MFAH*, e que depois seguirá para a *National Gallery of Art*, *LACMA* e *Dallas Museum of Art*. A realização

desta itinerância e a premiação mencionada são exemplos do reconhecimento internacional conquistado pelo MASP nos últimos anos.

Do ponto de vista da preservação do patrimônio histórico, o MASP realizou amplos investimentos em seu sistema de climatização, que resultaram na melhoria nos índices e no controle de temperatura e umidade no edifício. Neste ano, o museu também avançou na implementação de ações voltadas à sustentabilidade ambiental, que incluíram a redução do desperdício de água (sistema de ar condicionado e espelhos d'água), a redução das impressões em papel, por meio da adoção de fluxos digitais, e o avanço nas iniciativas ligadas à eficiência energética, como a adequação progressiva da iluminação para LED.

Seguindo cronograma de ações para a adequação do edifício às normas de segurança contra incêndio, foi iniciada a etapa de reforma das fachadas e instalação dos caixilhos de tombar, cuja conclusão está prevista para 2022. A intervenção é custeada pelo edital *BNDES Fundo Cultural - Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro*.

Em agosto deste ano, foi realizado o lançamento oficial do projeto MASP em Expansão, projeto que viabiliza a ampliação física, institucional e simbólica do museu, deixando como legado uma das mais modernas infraestruturas museológicas do país. Totalmente financiado por doações de pessoas físicas – seguindo a característica que o MASP possui desde sua fundação de engajar a sociedade privada nos mais diversos projetos, a entrega do novo edifício está prevista para janeiro de 2024. Serão 14 andares ocupados por cinco galerias expositivas e duas galerias multiuso, representando um aumento de 66% de área expositiva do MASP. O edifício também abrigará restaurante, bilheteria, loja, reserva técnica, salas de aula e laboratório de restauro.

Como forma de preservar e valorizar a história da instituição com o reconhecimento de seus fundadores, o prédio original receberá o nome de sua arquiteta, Lina Bo Bardi, e o novo edifício carregará o nome do primeiro diretor artístico do museu, Pietro Maria Bardi. Estes nomes, combinados com o da própria instituição, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, que faz referência ao seu fundador, irão completar a homenagem ao trio fundador do MASP.

O MASP inicia 2022 com uma situação orçamentária equilibrada, dando continuidade ao ciclo expositivo *Histórias Brasileiras*. O bicentenário da Independência do Brasil é umas das datas mais emblemáticas do calendário nacional em 2022 e será o eixo central da programação anual do museu. A instituição reconhece a complexidade e a relevância dessa celebração e apresentará, ao longo do ano, uma série de exposições, cursos, palestras, oficinas e publicações em que irá abordar o conceito de brasilidade de uma forma mais ampla – explorando conceitos sociais, antropológicos e históricos.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Diretoria do
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" do nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 possui na rubrica de acervo de obras de arte o montante de R\$ 1.752.562. Em virtude de a identificação e determinação do valor justo desses ativos recebidos em doação envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação, a Entidade não adota como prática contábil registrar as obras de arte recebidas em doação por meio do valor justo, estando essas obras, exceto algumas obras que foram adquiridas pela Entidade, registradas por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. As práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas, requerem a mensuração a valor justo de ativos recebidos em doação. A Entidade não nos apresentou até a data de conclusão dos nossos trabalhos a análise dos valores justos para os ativos que foram contabilizados por valor simbólico. Se essas obras de arte tivessem sido mensuradas pelos seus respectivos valores justos, as rubricas de acervo de obras de arte e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 seriam impactadas de forma positiva, assim como os elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangentes e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Os efeitos da mensuração dos referidos valores justos sobre as demonstrações financeiras não puderam ser determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir

intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

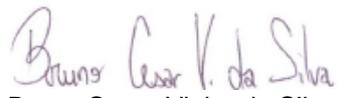
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC SP270337/O-1

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.110.259	15.706.219	Fornecedores		3.581.191	1.606.971
Recursos vinculados a projetos - Incentivados e Subvenção	6	33.158.966	32.579.982	Obrigações trabalhistas	12	1.617.370	1.519.804
Recursos vinculados a projetos - "Projeto Masp em Expansão"	7	92.707.315	30.984.441	Contribuições e impostos correntes		229.614	129.885
Estoques		1.581.530	1.327.898	Impostos parcelados	13	969.426	946.517
Patrocínio de terceiros a receber	8	0	5.170.570	Projetos a executar	14	31.644.085	37.259.095
Adiantamento a fornecedores		755.312	822.292	Doações de bens e direitos a apropriar		830.774	459.522
Outras contas a receber		2.194.124	2.141.169	Contas a pagar - negociações	15	1.453.205	1.213.266
		<u>151.507.506</u>	<u>88.732.571</u>	Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão"	17	91.765.313	30.733.096
				Outras contas a pagar		<u>467.610</u>	<u>499.161</u>
						<u>132.558.585</u>	<u>74.367.318</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Impostos parcelados	13	5.472.156	6.289.355
Depósitos judiciais	15	26.228	76.503	Doações de bens e direitos a apropriar		5.594.580	2.600.568
Ativos financeiros (Fundo Patrimonial)	9	<u>17.785.628</u>	<u>16.631.140</u>	Provisão para contingências	16	81.924	125.035
		17.811.855	16.707.643	Contas a pagar - negociações	15	13.194.589	12.256.050
				Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão"	17	<u>14.254.627</u>	<u>3.648.437</u>
Acervo de obras de arte	10	1.752.562	1.327.581			<u>38.597.875</u>	<u>24.919.444</u>
Imobilizado	11	57.499.760	44.246.651	Patrimônio líquido	18		
Intangível		<u>126.955</u>	<u>113.042</u>	Avaliação atribuída ao acervo		516.469	516.469
		<u>59.379.277</u>	<u>45.687.274</u>	Fundo social		39.240.081	34.693.117
				Fundo patrimonial	9	<u>17.785.628</u>	<u>16.631.140</u>
						<u>57.542.177</u>	<u>51.840.726</u>
Total do ativo		<u>228.698.638</u>	<u>151.127.488</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>228.698.638</u>	<u>151.127.488</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Receitas operacionais	19	38.913.346	36.036.675
Trabalho voluntário	3.n	167.998	202.311
Total das receitas das atividades		39.081.344	36.238.986
Despesas operacionais			
Custos e despesas de projetos e administrativas	20	(17.085.761)	(15.193.283)
Pessoal e encargos de projetos e administrativos	21	(13.611.685)	(13.905.567)
Depreciação e amortização		(1.405.061)	(1.055.571)
Despesas tributárias		(234.507)	(159.890)
Trabalho voluntário	3.n	(167.998)	(202.311)
Total das despesas das atividades		(32.505.012)	(30.516.622)
Resultado antes do resultado financeiro		6.576.332	5.722.364
Despesas financeiras	22	(3.957.150)	(3.765.486)
Receitas financeiras	22	3.082.270	1.929.443
Resultado financeiro líquido	22	(874.880)	(1.836.043)
Superávit do exercício		5.701.451	3.886.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Superávit do exercício	5.701.451	3.886.321
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	<u> </u>
	<u>5.701.451</u>	<u> </u>
Resultado abrangente total	<u><u>5.701.451</u></u>	<u><u>3.886.321</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	Avaliação atribuída ao acervo	Fundo social	Fundo Patrimonial	(Déficits)/ Superávits Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020		516.469	32.224.828	15.213.107	-	47.954.404
Superávit do exercício		-	-	-	3.886.321	3.886.321
Transferência do superávit para fundo patrimonial	17	-	-	1.418.033	(1.418.033)	-
Transferência do superávit acumulado para fundo social		-	2.468.289	-	(2.468.289)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>516.469</u>	<u>34.693.117</u>	<u>16.631.140</u>	<u>-</u>	<u>51.840.726</u>
Superávit do exercício		-	-	-	5.701.451	5.701.451
Transferência do superávit para fundo patrimonial	8	-	-	1.154.488	(1.154.488)	-
Transferência do superávit acumulado para fundo social		-	4.546.964	-	(4.546.964)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>516.469</u>	<u>39.240.081</u>	<u>17.785.628</u>	<u>-</u>	<u>57.542.177</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		5.701.451	3.886.321
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		1.405.061	1.055.571
Apropriação de patrocínio		-	(2.031.150)
Baixa de imobilizado e intangível		140.722	45.174
Correção monetária de contas a pagar - negociações	15	2.535.536	2.543.620
Provisão para contingência		(43.111)	(158.282)
Constituição de obsolescência dos estoques		(75.155)	(14.668)
		<u>9.664.505</u>	<u>5.326.587</u>
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) / redução nos ativos em			
Estoque		(178.475)	(146.699)
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores		14.025	406.708
Patrocínio de terceiros a receber		5.170.570	(862.614)
Depósitos judiciais		50.275	25.795
Aumento / (redução) nos passivos em			
Fornecedores		1.974.219	(64.632)
Obrigações trabalhistas		97.565	143.470
Projetos a executar, líquido de recursos vinculados a projetos		(2.828.731)	(30.657.702)
Contribuições e impostos correntes		99.728	344
Impostos parcelados		(794.289)	(791.363)
Pagamento de contas a pagar - negociações	15	(1.357.059)	(1.091.261)
Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão"		9.915.532	34.381.533
Contingências pagas		-	(885.000)
Outras contas a pagar		(31.551)	(18.277)
		<u>21.796.314</u>	<u>5.766.888</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado e acervo de obras de arte, líquido Doações de bens e direitos a apropriar	11	(15.169.688)	(5.131.412)
Aquisição de ativo intangível		(68.099)	(42.088)
		<u>(15.237.786)</u>	<u>(5.173.500)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aplicações em ativos financeiros (Fundo patrimonial)	9	(1.154.488)	(1.418.033)
		<u>(1.154.488)</u>	<u>(1.418.033)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos			
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>5.404.040</u>	<u>(824.645)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	5	15.706.219	16.530.864
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	5	<u>21.110.259</u>	<u>15.706.219</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>5.404.040</u>	<u>(824.645)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP (“Entidade” ou “MASP”) é uma entidade privada com fins não econômicos, que abriga, conserva e valoriza o mais importante acervo de arte ocidental de todo o hemisfério sul. Este acervo, composto de mais de 8.000 obras clássicas e modernas, de reconhecida qualidade e inestimável valor, representa as principais correntes da arte universal, entre elas pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, fotografias, tapeçarias, vestuário, e outras importantes coleções. Foi considerado pela UNESCO como patrimônio da humanidade e parcialmente tombado em 1969, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN, o que evidencia sua importância como um dos principais museus de arte do mundo.

Aberto ao público no dia 2 de outubro de 1947, ao longo destes quase 75 anos de existência, vem funcionando ininterruptamente, com exceção dos meses em que permaneceu temporariamente fechado por conta das medidas mais restritivas impostas pela pandemia de COVID-19, nos anos de 2020 e 2021. Desde 1968, localiza-se na Avenida Paulista em seu edifício que é um dos ícones de São Paulo, sendo um dos destinos turísticos mais importantes na cidade.

Em 2017, após um amplo processo colaborativo, entre conselheiros, diretores e colaboradores, o MASP lançou uma nova missão que irá nortear suas atividades no longo prazo: O MASP, museu diverso, inclusivo e plural, tem a missão de estabelecer, de maneira crítica e criativa, diálogos entre passado e presente, culturas e territórios, a partir das artes visuais. Para tanto, deve ampliar, preservar, pesquisar e difundir seu acervo, bem como promover o encontro entre públicos e arte por meio de experiências transformadoras e acolhedoras.

Para a consecução de sua missão, o MASP poderá, especialmente mas não se limitando: (a) realizar exposições; (b) promover atividades e programas na área da educação; (c) realizar publicações; (d) promover itinerâncias; (e) promover programas de relacionamento; (f) conceder bolsas de estudo; (g) promover espetáculos, eventos e festas beneficentes; (h) explorar café, bar, restaurante, loja física e on-line, locação e cessão de espaços; (i) estabelecer parcerias e manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais. Todo o produto arrecadado pelas atividades promovidas pelo MASP será destinado à consecução de seus objetivos sociais.

O edifício do MASP é de propriedade da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, que o cedeu ao museu de forma gratuita, pelo prazo de 40 anos, de conformidade com a Lei Municipal 15.685/13, por meio de Escritura Pública de Concessão Administrativa de Uso, lavrada em 18 de agosto de 2015.

O MASP oferece durante todo o ano uma variada programação para seus visitantes, com a exposição de longa duração do seu acervo e exposições temporárias de sua própria coleção e também de coleções provenientes de outras instituições culturais, promove visitas orientadas aos espaços expositivos para o visitante em geral e para grupos. Os dois auditórios existentes em seu edifício recebem diversificada programação de música clássica, espetáculos teatrais, palestras e debates. A Escola do MASP oferece cursos livres das mais variadas manifestações artísticas. Sua Biblioteca possui mais de 87 mil volumes, entre livros e revistas especializadas, dos quais mais de 32 mil catalogados e disponibilizados on-line/internet sendo, portanto, o mais importante conjunto brasileiro na área de história da arte internacional. Desde a sua fundação, o MASP tem como premissa o seu caráter educacional.

Seu fundo social é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.

O ano de 2021 deu início ao biênio dedicado às Histórias Brasileiras no MASP, que terá continuidade em 2022, por ocasião do bicentenário da independência do Brasil. Além de uma intensa agenda voltada ao ambiente digital, a programação contemplou exposições individuais de artistas mulheres brasileiras (Conceição dos Bugres, Erika Verzutti, Maria Martins, Gertrudes Altschul e Ione Saldanha), bem como a mostra de longa duração Acervo em transformação.

Em 2021, o MASP recebeu 234.495 visitantes, sendo que 63% (ou 147.502 pessoas) acessaram o museu de forma gratuita. O museu esteve aberto para o público no período entre 02 de janeiro e 05 de março, quando foi fechado em razão das medidas mais restritivas impostas pela pandemia de COVID-19. Em 24 de abril o museu foi reaberto ao público, adotando todas as medidas necessárias para uma visita segura. Em comparação com ano de 2020, observou-se um crescimento de 67% na visitação total.

O ano também foi marcado pela resiliência do MASP frente aos desafios impostos pela pandemia, que afetaram diretamente as receitas operacionais do museu. Neste contexto, o apoio financeiro de pessoas físicas engajadas com o propósito do MASP, assim como o apoio dos patrocinadores, foi de fundamental importância para garantir a consecução de uma robusta agenda cultural, mantendo o equilíbrio orçamentário e a saúde financeira da instituição.

Um dos principais destaques do ano foi o lançamento oficial do projeto MASP em Expansão, que viabilizará a ampliação física, institucional e simbólica do museu, deixando como legado uma das mais modernas infraestruturas museológicas do país. Totalmente financiado por doações privadas, a entrega do novo edifício está prevista para janeiro de 2024. Serão 14 andares ocupados por cinco galerias expositivas e duas galerias multiuso, bem como restaurante, bilheteria, loja, reserva técnica, salas de aula e laboratório de restauro.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 17 de março de 2022.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 3.i – mensuração de provisão para ajuste a valor de realização de estoques;

Nota 3.k - vida útil do ativo imobilizado;

Nota 16 – mensuração de provisão para contingências.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para o Real à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é designado e avaliado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial e se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo e reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente as obrigações de projetos.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, contas a pagar-negociações e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados nos projetos originados das leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos dos projetos e subvenção, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

d. Estoques

Os estoques estão relacionados, aos livros e catálogos recebidos em doação ou adquiridos no mercado com recursos próprios, livros e catálogos recebidos em consignação e outros produtos de revenda. Esses materiais são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. Os valores de estoques contabilizados, líquidos da provisão para ajuste a valor de realização, não excedem os valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o MASP registrava redução ao valor recuperável referente à rubrica de estoques, no montante de R\$ 255.793 e R\$ 330.948.

e. Acervo de obras de arte

Referem-se às obras de arte integrantes do acervo da Entidade que estão apresentadas pelo valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto vinte e duas obras que foram registradas a valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método da linha reta sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Microcomputadores e periféricos	5 anos
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Outros	10 anos

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

Compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, que é de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

h. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que

um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

i. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

j. Doações, patrocínios e subvenções

As doações e patrocínios incentivados e as subvenções recebidas pela Entidade, quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade, são reconhecidas como passivo e apropriadas ao resultado a medida que transcorra a efetivação dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento.

As doações para custeio são reconhecidas como receita no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Entidade não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

k. Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são mensurados pelo valor histórico e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receita de serviços e vendas

As receitas incluem, principalmente, receita com bilheteria, subvenções governamentais, cessão de uso e eventos, apoios culturais, venda de livros e catálogos, taxas de empréstimos de obra de arte, entre outras. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados ou que os produtos são vendidos, respeitando o princípio da competência.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras próprias, descontos obtidos e variação monetária. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre impostos, multa e juros de obrigações liquidadas pós vencimento, atualizações passivas sobre os acordos realizados com Telefônica-Vivo e Galeria Prestes Maia e variações monetárias.

n. Receita com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 o

montante foi de R\$ 167.998 (R\$ 202.311 em 2020).

o. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

- (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e (iii) PIS (calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº9.532/97.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na nota explicativa nº 24. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	20.879	20.575
Bancos - conta corrente no exterior*	7.929.064	5.587.818
Bancos - conta corrente no país	23.959	70.224
Aplicações financeiras - no país (a)	13.136.357	10.027.602
Total	21.110.259	15.706.219

(a) As aplicações financeiras no país referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, fundos de renda fixa e títulos públicos indexados à inflação, que obtiveram remuneração equivalente a 114,41% a 115,97% (71,38% a 85,85% em 2020) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras são de curto e médio prazos, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

No dia 14 de abril de 2021 foi aprovada, por Assembleia, a criação do “Comitê de Investimentos”, composto por profissionais com larga experiência na indústria bancária, e responsável por avaliar oportunidades e elaborar propostas para a alocação do portfólio de investimentos do MASP. Com isso, em maio de 2021, foi realizado a migração de parte do montante das aplicações para CDB-DI, CDB-Pré e Títulos Públicos (NTN-B Principal) indexados à inflação.

6 Recursos vinculados a projetos – “Incentivados e subvenção”

Recursos vinculados a projetos – “Incentivados e Subvenção”	2021	2020
Projeto Plano Anual (a)	30.731.321	30.614.834
Outros Projetos e Subvenção	2.427.645	1.965.148
Total	33.158.966	32.579.982

Os recursos vinculados a projetos e subvenção referem-se aos recursos já recebidos pela Entidade e que somente poderão ser empregados em projetos específicos, de acordo com as regras da Lei Rouanet (Lei nº 8313/91 e alterações) e com as respectivas Entidades e ou patrocinadoras, e, no caso da Subvenção, conforme a Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores. Tais recursos estão substancialmente aplicados em fundos de investimento que buscam acompanhar a variação do CDI e em títulos compromissados, dentre as opções definidas pelas respectivas Leis de Incentivo, com rentabilidade entre 52,88% a 84,78% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (17,89% a 61,84% em 2020).

- (a) A aprovação do projeto Plano Anual pelo Ministério da Cultura habilitou o MASP a receber patrocínios e doações nos termos da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet). O referido projeto consiste no custeio das despesas de manutenção dos objetivos estatutários do Museu.

7 Recursos vinculados a projetos – “Projeto MASP em Expansão”

	2021	2020
Recursos vinculados a projetos – “Projeto Masp em Expansão”		
Bancos conta corrente no exterior: Projeto MASP em Expansão (a)	10.217.537	-
Bancos contas correntes no país: Projeto MASP em Expansão	513.933	2.994.358
Aplicações financeiras no país: Projeto MASP em Expansão (b)	<u>81.975.845</u>	<u>27.990.083</u>
Total	<u>92.707.315</u>	<u>30.984.441</u>

Demonstram-se nesta rubrica contábil os recursos exclusivamente privados que a Entidade possui em caixa com destinação específica para reforma do Edifício situado a Avenida Paulista, 1510 denominada “Projeto MASP em Expansão”.

(a) Durante o exercício de 2021, a Entidade recebeu três doações em dinheiro direcionadas ao “Projeto MASP em Expansão” na conta mantida no exterior, estabelecida no Banco do Brasil New York, totalizando o montante de R\$ 10.217.537, sendo elas US\$ 1.000.000 em junho, US\$ 225.000 em setembro e US\$ 714.698 em novembro

(b) As aplicações financeiras no país referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, fundos de renda fixa e títulos públicos indexados à inflação, que obtiveram remuneração equivalente a 114,41% a 115,97% (71,38% a 85,85% em 2020) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

8 Patrocínio de terceiros a receber

	2021	2020
Patrocínios de terceiros a receber	-	5.170.570

Refere-se a valores contratuais de duas empresas privadas que apoiaram o projeto “Anexo MASP” em 2010.

Os valores registrados no exercício de 2020 e em períodos anteriores foram baseados em contratos entre as partes, sendo equivalentes ao saldo das parcelas não quitadas, por estarem condicionadas à evolução física da obra, a qual não aconteceu naquela época. Consequentemente as contrapartidas dos valores a receber foram registradas até 2020 na rubrica de “Projetos a Executar”, no passivo circulante.

Como os contratos mencionados e suas respectivas obrigações prescreveram durante o exercício de 2021, não tendo nenhum pagamento adicional sido executado, foi efetuada a compensação dos valores, tanto dos saldos ativos quanto dos saldos passivos, sem efeito no resultado do exercício.

9 Fundo Patrimonial

A Entidade instituiu, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 03 de abril de 2017, um Fundo Patrimonial com o objetivo de garantir sua sustentabilidade e a consecução de seu objeto social.

Este Fundo é regido e condicionado pelo Capítulo VII, Artigos 40 ao 45 do Estatuto Social da Entidade, onde observa-se que: o Fundo será constituído, essencialmente, por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especificamente para este fim; será administrado única e exclusivamente pela Diretoria Estatutária; não poderá ser resgatado os valores investidos ou de seus rendimentos até que o Fundo contenha em sua carteira um montante de R\$ 50.000.000,00 (Fase de Acumulação Primitiva), atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA ou qualquer índice que venha a substituí-lo, a partir de 1º de janeiro de 2020; a partir do momento em que o patrimônio do fundo exceder R\$ 50.000.000 acrescidos da atualização na forma acima referida, os rendimentos auferidos poderão ser destinados ao custeio das atividades do MASP.

De acordo com a Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 03 de abril de 2017, a Entidade se comprometeu em realizar uma destinação inicial de R\$ 1.000.000 e anualmente 5% das receitas operacionais auferidas até que o fundo atinja o patrimônio de R\$ 50.000.000.

A determinação das receitas operacionais foi realizada através da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 10 de abril de 2018. Assim entende-se como receitas operacionais a receita líquida apurada nas atividades operacionais do museu, sendo: bilheteria, venda de produtos, venda de serviços e cessão de uso e eventos.

Após a criação do “Comitê de Investimentos”, vide nota 5, a carteira de investimentos do Fundo Patrimonial, por se tratar de um montante para longo prazo, foi ampliada para Fundos Multimercados e de Ações Ibovespa, aquisição de Títulos Públicos. Além da tradicional renda fixa, (CDB-DI e aplicação automática), todos os investimentos estão no Banco Itaú S.A, representando em 31 de dezembro de 2021 um total de R\$ 17.785.628 (R\$ 16.631.140 em 2020).

O quadro abaixo demonstra os valores aportados anualmente no Fundo Patrimonial. Lembrando que a destinação de 5% das receitas operacionais referente ao exercício 2021 ocorrerá após a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício em questão.

	Exercício 2020	Exercício 2021	Total
Doações recebidas	580.552	560.787	13.982.566
Aporte MASP	658.387	160.535	2.206.661
Rendimentos financeiros	179.094	433.166	1.596.401
	<u>1.418.033</u>	<u>1.154.488</u>	<u>17.785.628</u>

10 Acervo de obras

O acervo é constituído pelo conjunto de obras de arte do MASP, quase todas recebidas por doações e refletidas contabilmente por um valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto por 114 obras, das quais 110 foram adquiridas entre 2010 e 2021, registradas pelo valor justo total de R\$ 1.252.970 e 4 obras recebidas como doação em 2020 e 2021 no valor de R\$ 490.666. Ou seja,

8.927 obras estão lançadas a R\$ 1,00 cada, 4 obras a R\$ 490.666 e 110 obras a R\$ 1.252.970, totalizando em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 1.752.562 (R\$ 1.327.581 em 2020).

Em virtude de a identificação do valor justo das obras de arte recebidas como doação para o museu envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação e de não ter como objetivo a comercialização das obras, a Entidade não tem adotado a prática de valorar estes ativos, estando apenas cento e dez obras de arte a valor justo (valor de aquisição) e as demais por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. Ressalta-se que, se essas obras de arte tivessem sido registradas pelos seus respectivos valores justos, o patrimônio líquido da Entidade se mostraria mais positivo.

São mantidos registros de controle atualizados de todas as obras de arte do acervo, segundo normas estabelecidas pelo MASP, observando critérios adotados internacionalmente.

11 Imobilizado

Os quadros abaixo demonstram as movimentações do imobilizado:

Movimentação imobilizado em 2021

Descrição custo	Saldo em			Transferências (b)	Saldo em 31/12/2021
	01/01/2021	Adições	Baixas		
Móveis e utensílios	1.117.169	232.061	-	-	1.349.230
Máquinas e equipamentos	4.967.494	1.561.657	-	-	6.529.150
Microcomputadores e periféricos	1.363.780	246.864	-	-	1.610.645
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros (c)	23.612.081	1.939.970	-	-	25.552.050
Imobilizado em andamento (a)	34.303.853	10.896.869	(141.225)	(132.712)	44.926.785
Outros	62.930	-	-	-	62.930
	<u>65.427.307</u>	<u>14.877.420</u>	<u>(141.225)</u>	<u>(132.712)</u>	<u>80.030.790</u>
Total do custo					
Descrição depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação
Móveis e utensílios	(336.786)	(108.503)	-	-	(445.289)
Máquinas e equipamentos	(1.194.325)	(482.666)	-	(8.363)	(1.685.354)
Microcomputadores e periféricos	(802.203)	(190.201)	170	-	(992.334)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.840.301)	(568.551)	-	8.363	(19.400.488)
Outros	(6.941)	(623)	-	-	(7.565)
	<u>(21.180.656)</u>	<u>(1.350.544)</u>	<u>170</u>	<u>-</u>	<u>(22.531.030)</u>
Total da depreciação					
Saldo líquido	<u>44.246.651</u>	<u>13.526.876</u>	<u>(141.054)</u>	<u>(132.712)</u>	<u>57.499.760</u>

(a) Referem-se à aquisição e reforma Prédio da Av. Paulista, 1510, os recursos foram empenhados conforme abaixo:

	Saldo em			Transferências	Saldo em 31/12/2021
	01/01/2021	Adições	Baixas/ Estornos		
Projeto "Anexo MASP" realizado até 2013 (i)	30.655.416	17.245	(503)	-	30.672.158
Projeto MASP em Expansão iniciado em 2021 (ii)	3.648.437	8.836.516	(140.722)	(132.712)	12.211.520
Projeto MASP em Expansão – adiantamentos à fornecedores	-	2.043.107	-	-	2.043.107
	<u>34.303.853</u>	<u>10.896.869</u>	<u>(141.225)</u>	<u>(132.712)</u>	<u>44.926.785</u>

- (i) Refere-se a aquisição em 2005 e primeiras benfeitorias realizadas até 2013 referentes ao Edifício situado à Avenida Paulista 1510. As adições demonstradas são, em sua maioria, referentes a gastos com contas de consumo que ocorreram até o início efetivo da nova obra em 2021.
- (ii) Refere-se a reforma do Edifício situado à Avenida Paulista, 1510, iniciada em 2021 com recursos advindos do projeto "MASP em expansão" com previsão para sua conclusão em 2024, veja nota explicativa 17.
- (b) O valor de R\$132.712 refere-se a transferência para rubrica de acervo artístico para melhor apresentação dos saldos.
- (c) Em 2021, foram realizadas algumas intervenções no Museu, incluindo adequação às normas de segurança e reforma da fachada.

Movimentação imobilizado em 2020

Descrição custo	Saldo em			Transferências (b)	Saldo em 31/12/2020
	01/01/2020	Adições	Baixas		
Móveis e utensílios	1.091.667	35.674	(25.056)	14.884	1.117.169
Máquinas e equipamentos	4.675.596	275.542	(10.141)	26.497	4.967.494
Microcomputadores e periféricos	1.037.027	204.260	(9.201)	131.694	1.363.780
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	20.230.306	2.243.574	-	1.138.201	23.612.081
Imobilizado em andamento	31.618.408	4.017.497	(776)	(1.331.276)	34.303.853
Outros	62.930	-	-	-	62.930
	<u>58.715.934</u>	<u>6.776.547</u>	<u>(45.174)</u>	<u>(20.000)</u>	<u>65.427.307</u>
Total do custo					
Descrição depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação
Móveis e utensílios	(247.308)	(98.676)	9.198	-	(336.786)
Máquinas e equipamentos	(746.397)	(455.879)	7.951	-	(1.194.325)
Microcomputadores e periféricos	(624.141)	(180.556)	2.394	-	(802.203)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.579.230)	(261.071)	-	-	(18.840.301)
Outros	(6.319)	(622)	-	-	(6.941)
Total da depreciação	(20.203.395)	(996.804)	19.543	-	(21.180.656)
Saldo líquido	<u>38.512.539</u>	<u>5.779.743</u>	<u>(25.631)</u>	<u>(20.000)</u>	<u>44.246.651</u>

b) O valor de R\$20.000 refere-se à transferência para rubrica de intangível para melhor apresentação dos saldos.

12 Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Provisão para férias	952.020	898.043
Provisão para encargos sociais sobre férias	314.035	300.652
INSS a recolher	192.004	178.378
IRRF a recolher	93.322	84.044
FGTS a recolher	65.989	58.687
Total	<u>1.617.370</u>	<u>1.519.804</u>

13 Impostos parcelados

	2021	2020		
Débitos previdenciários (a)	2.607.881	3.002.770		
Demais débitos	3.833.701	4.233.101		
Total contribuições e impostos parcelados	6.441.582	7.235.871		
Circulante	969.426	946.517		
Não circulante	5.472.156	6.289.355		
Cronograma de vencimento	2022	2023	2024 em diante	Total
Débitos previdenciários	467.568	467.568	1.672.745	2.607.881
Demais débitos	501.858	501.858	2.829.985	3.833.701
Total	<u>969.426</u>	<u>969.426</u>	<u>4.502.730</u>	<u>6.441.582</u>

Em agosto de 2014 o MASP aderiu ao parcelamento federal previsto pela Lei 12.996/2014, com possibilidade de pagamento em até 180 vezes e redução de multas e juros, no qual foi consolidado em 2016.

a. Histórico da dívida previdenciária

No ano 2000 a Entidade foi autuada devido ao não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários, no período de janeiro de 1995 a novembro de 2000 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, em decorrência do não atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 55, incisos I e II (obtenção ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos), da Lei nº 8.212/91, regulamentado no artigo 206, incisos I e II, do Regulamento da Previdência Social.

Em 2001, a Entidade efetuou o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o objetivo de obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS).

Em outubro de 2006, a Entidade apresentou impugnação às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito emitidas pelo Instituto Nacional da Previdência Social.

Em setembro de 2008, a Entidade obteve sentença favorável, em 1ª instância, aos embargos à execução fiscal.

Em outubro de 2009, a 21ª Vara Cível Federal de São Paulo concedeu de forma retroativa a imunidade tributária relativa ao recolhimento das contribuições sociais.

Em 2010 a Receita Federal do Brasil, agência de Fiscalização em São Paulo, lavrou Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, no montante de R\$ 4.192.810, relacionadas também com o não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários e contribuições para terceiros, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2008 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, sendo que os consultores jurídicos que estão acompanhando a defesa indicavam como possível as chances de perda na referida questão.

Em 2013 houve sentença favorável à Entidade relacionada às notificações fiscais de débitos lavradas no ano de 2000, julgando extinta aquela execução fiscal, remetendo os referidos autos para arquivamento.

Em 29 de julho de 2014 a Entidade recebeu dois autos de infração, no montante de R\$ 5.332.309 relacionados à mesma questão, abrangendo o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012.

Com relação ao ano de 2009, até a presente data não houve autuação fiscal, sendo certo que a jurisprudência é amplamente favorável ao contribuinte, no sentido de que o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário é de 05 (cinco) anos.

Em 4 abril de 2014, foi publicada uma jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, enfatizando que somente farão jus ao benefício de imunidade, as entidades que preencherem cumulativamente os requisitos de que trata o Art.55 da lei 8.212/91 em sua redação original. A administração da Entidade tendo em vista os autos de infração recebidos, e baseado na opinião dos seus consultores jurídicos chegou à conclusão que as chances de êxito são baixas e que seria aconselhável desistir da ação e partir para a adesão ao parcelamento visando a redução de multas e juros pela homologação do pedido.

Em 18 de junho de 2014 foi publicada a Lei nº 12.996, que em seu artigo 2º reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS até 25 de agosto de 2014, com parcelamentos em até 180 vezes e reduções das multas e juros.

O MASP entrou com o pedido de parcelamento dos saldos auтуados em 2010, referente aos exercícios de 2005 a 2008 e os valores auтуados em 2014 referente aos exercícios de 2010 a 2012, além dos saldos de 2013 do INSS Patronal não auтуados. Esse pedido foi aprovado e consolidado em setembro de 2016.

14 Projetos a executar

	2021	2020
Projetos a executar (a)	31.644.085	32.088.525
Patrocínios de terceiros (b)	-	5.170.570
Total projetos a executar	31.644.085	37.259.095

- (a) Estão representados em sua maioria por valores recebidos e ainda não empenhados, decorrentes de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura e determinados pela Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades nas rubricas de receitas com projetos incentivados e receitas com plano anual, assim como os custos incorridos que estão apresentados em despesas das atividades nas rubricas de custos com projetos incentivados e custos com plano anual.
- (b) Esses valores referem-se a patrocínios a executar referentes ao projeto “Anexo MASP” (vide nota explicativa nº 08);

A seguir apresentamos os projetos e patrocínios a executar no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Os custos incorridos dos projetos mencionados totalizaram R\$ 21.237.543 em 2021 (R\$ 19.928.079 em 2020), sendo R\$ 2.636.563 com verba da Subvenção (conforme nota explicativa nº19 item “b”) e R\$ 18.600.980 com projetos do PRONAC, PROMAC e PROAC, podendo ser assim compostos:

**Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand - MASP**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

Descrição Custo	Saldos em				Valores		Atualização	Rendimentos		Aquisição	Saldos em 31/12/2021
	31/12/2020	Transferência	Devoluções	Baixas	Recebidos	Monetária	Financeiros	Consumo	Imobilizado		
PRONAC 2019	4.819	-	-	-	-	-	-	(4.820)	-	-	
PRONAC 2020	8.874.716	(8.668.838)	-	-	15.000	-	533	(221.938)	528	-	
PRONAC 2021	16.720.491	8.668.838	-	-	16.794.646	-	570.443	(17.786.243)	(2.580.108)	22.388.067	
PRONAC BNDES	4.526.384	-	-	-	3.475.396	-	158.185	(17.019)	(1.315.143)	6.827.802	
PROAC 2019	385.010	(359.419)	(28.820)	-	-	-	46	3.183	-	-	
PROAC 2020	107.107	359.419	-	-	222.924	-	14.645	(571.102)	-	132.992	
PROJETO "ANEXO MASP"- NESTLE	4.590.570	-	-	(5.407.348)	-	816.778	-	-	-	-	
PROJETO "ANEXO MASP"- PETROBRAS	580.000	-	-	(580.000)	-	-	-	-	-	-	
PROMAC 2020	-	-	-	-	958.129	-	21.417	(3.040)	-	976.507	
Subtotal Projetos	35.789.097	-	-28.820	(5.987.348)	21.466.095	816.778	765.269	(18.600.980)	(3.894.723)	30.325.368	
SUBVENÇÃO 2020	1.469.998	-	-	-	-	-	1.347	(1.471.346)	-	-	
SUBVENÇÃO 2021	-	-	-	-	2.483.934	-	-	(1.1.65.217)	-	1.318.717	
Subtotal Subvenção	1.469.998	-	-	-	2.483.934	-	1.347	(2.636.563)	-	1.318.717	
Saldo total projetos e subvenção	37.259.095	-	(28.820)	(5.987.348)	23.950.028	816.778	766.617	(21.237.543)	(3.894.723)	31.644.085	

Os valores demonstrados como consumo dos projetos, com exceção da Subvenção, isto é o montante de R\$ 18.600.980, somado as depreciações do imobilizados adquiridos por verba incentivada, R\$ 529.567, resultam no total de receitas e despesas das rubricas dos projetos R\$ 19.130.547 em 31 de dezembro de 2021.

*Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand - MASP
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

*Abertura dos custos correspondente aos projetos PRONAC, PROAC e PROMAC:

	2021			2020		
	Plano Anual	Outros	Total	Plano Anual	Outros	Total
Pessoal e encargos	5.999.044	3.459	6.002.503	7.291.786	-	7.291.786
Utilidades	2.026.534	-	2.026.534	1.394.659	-	1.394.659
Gerais e administrativas	3.686.078	354.493	4.040.571	4.213.367	295.090	4.508.457
Serviços profissionais	2.887.021	213.007	3.100.028	2.812.650	331.906	3.144.556
Serviços Gerais	2.009.051	-	2.009.051	1.897.424	-	1.897.424
Manutenção predial	1.422.293	-	1.422.293	639.400	-	639.400
	18.030.021	570.959	18.600.980	18.249.286	626.996	18.876.282

15 Contas a pagar - Negociações e Patrocínios a realizar

No exercício de 2015, foi realizado um acordo com um dos patrocinadores do projeto “Anexo - Masp”. Foi constituída uma provisão a pagar junto a Vivo - Telefônica de R\$ 24.327.059, sendo que R\$ 14.000.000 foram apropriados por meio de patrocínios a incorrer durante o prazo de 05 anos e o valor de R\$ 10.327.059 são corrigidos mensalmente pela taxa IGPM/FGV e pagos trimestralmente em 80 parcelas de R\$ 129.000.

Em 27 de novembro de 2018 foi homologado um acordo referente a ação movida pelo Município de São Paulo sobre a Reintegração de Posse da Galeria Prestes Maia, processo nº 0008438-41.2009.8.26.0053, no montante de R\$ 1.521.456, que está sendo pago em 60 parcelas de R\$ 25.358 atualizadas mensalmente pelo IPCA-IBGE acrescido de 1% de juros. Anteriormente este valor estava demonstrado em nossa provisão para contingências conforme nota explicativa nº 16.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de contas a pagar negociações era de R\$ 14.647.793 (R\$ 13.469.316 em 2020) conforme movimentação apresentada abaixo:

Movimentação - Contas a pagar negociações

Saldo em 01 de janeiro 2020	12.016.957
(+) atualização	2.543.620
(-) pagamentos realizados	<u>(1.091.261)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2020	13.469.316
(+) atualizações	2.535.536
(-) pagamentos realizados	<u>(1.357.059)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2021	<u><u>14.647.793</u></u>
Circulante	1.453.205
Não circulante	13.194.588

Movimentação - Patrocínios a realizar

Em setembro de 2020 foi finalizado os 5 anos de apropriação do Patrocínio a Executar junto à Telefônica Vivo, conforme demonstrado a seguir:

Saldo em 01 de janeiro de 2020	2.031.150
Patrocínios executados	<u>(2.031.150)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2020	<u>-</u>

16 Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a demanda judicial provisionada está apresentada da seguinte forma:

Natureza	2021		2020	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Trabalhista	81.924	26.228	117.549	76.503
Cível	-	-	7.486	-
Saldo	81.924	26.228	125.035	76.503

Conforme apresentado, com base em informações dos assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Entidade possui no exercício de 2021 um saldo de provisão no montante de R\$ 81.924 (R\$ 125.035 em 2020) e depósito judicial de R\$ 26.228 (R\$ 76.503 em 2020), valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas.

Perdas Possíveis: existiam reclamações trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 31.125.681 (R\$ 29.285.944 em 2020), que foram classificados pelos assessores jurídicos internos da Entidade como de risco de perda possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Destes valores, configuram ações de polo ativo o montante de R\$ 4.719.787 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.819.787 em 2020) demonstradas abaixo no item Mandado de segurança.

Ação civil pública: Do montante apresentado acima com probabilidade possível de perda, R\$ 18.397.658 (R\$ 16.566.854 em 2020), refere-se a uma ação civil pública recebida pela Entidade em dezembro de 2018, ajuizada pela Associação Preserva São Paulo, visando a restauração da fachada do edifício, situado à Avenida Paulista 1510. O processo pleiteia: (i) condenação dos patrocinadores (BV, Petrobrás, Vale e Votorantim) do projeto “Anexo MASP”, a restituir o dobro do valor aportado; (ii) condenação do MASP, VIVO, Júlio Neves e João Vicente à obrigação de fazer a restauração das características arquitetônicas do edifício; e (iii) condenação ao pagamento de dano moral coletivo.

Exposição Temporária: Trata-se de Auto de Infração com exigência de multa regulamentar, sob o fundamento de que o MASP teria descumprido o prazo determinado no âmbito do Processo Administrativo nº 10814.006052/2009-15, o qual envolveu a exportação temporária de um conjunto de 22 obras de arte objeto da Declaração Simplificada de Exportação n. 011 de 14/01/2008.

O MASP apresentou impugnação em razão do indeferimento do pedido de extensão de prazo da exportação temporária do conjunto de obras que estavam em itinerância no exterior. A Delegacia de Julgamento não conheceu o recurso alegando intempestividade, mantendo a multa aplicada no valor de 5% do valor das obras.

Diante disso, o MASP interpôs Recurso Voluntário para que seja reconhecida a tempestividade da Impugnação, determinando o retorno do processo à origem para julgamento do mérito e, subsidiariamente, para que seja cancelada a exigência do débito em razão da (i) nulidade do lançamento e (ii) prescrição do crédito tributário.

Houve inclusão indevida no CADIN do crédito tributário discutido nos presentes autos, dessa forma foi apresentada petição requerendo a suspensão da exigibilidade do crédito, a fim de que: (i) seja evitado a imposição de cobranças indevidas; (ii) não resulte em quaisquer óbices à renovação da CND/CPEN da Requerente e, (iii) não enseje a sua inclusão no CADIN. Foi deferida a suspensão da exigibilidade do crédito, na origem, excluindo-o do CADIN. Posteriormente, o processo retornou ao CARF para julgamento do Recurso Voluntário. Atualmente, aguarda-se a distribuição do processo para a turma e designação do conselheiro como relator, o valor em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 3.278.620 (R\$ 3.218.592).

Mandado de segurança: além dos processos mencionados acima, a Entidade possui um mandado de segurança para o não recolhimento de taxas de armazenamento de obras de arte. Em 2018 houve uma alteração na interpretação dos contratos das concessionárias de aeroportos, as taxas de armazenagem de obras de arte passaram a ser calculadas pelo valor da obra, e não mais pelo peso como eram considerados anteriormente. A Entidade recebe obras de artes em comodato, de diversos museus do mundo, para a realização de exposições temporárias. A Entidade possui mandados de segurança com pedido de liminar aceito para o não recolhimento das taxas. O valor correspondente ao não recolhimento é de R\$ 4.719.787 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.819.787 em 2020), os assessores jurídicos da Entidade classificaram como possível a probabilidade de perda.

Os demais processos perfazem o montante R\$ 4.729.616 (R\$ 4.680.711 em 2020).

A seguir apresentamos as movimentações das provisões de contingências e depósitos judiciais:

a. Provisões para processos trabalhistas

Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários do Masp pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As causas trabalhistas classificadas como prováveis foram provisionadas, conforme demonstrado:

	2021		2020	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	117.549	76.503	141.650	102.298
Constituição	3.252	547	27.251	-
Reversão redução do valor	(13.239)	(25.321)	(18.959)	(2.500)
Reversão por modificação probabilidade	(18.955)	-	(12.246)	-
Reversão por baixa	(6.682)	(25.501)	(20.147)	(23.295)
Saldos finais	81.925	26.228	117.549	76.503

b. Provisão para processos cíveis

As discussões cíveis em curso, referente a divergência de valores em contratos firmados entre as partes são as seguintes:

	2021		2020	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	7.486	-	1.026.667	-
Constituição	192	-	369	-
Pagamento contingência (a)	-	-	(885.000)	-
Reversão por baixa	(7.678)	-	(134.550)	-
Saldos finais	-	-	7.486	-

- (a) O valor refere-se ao processo nº 1044211-71.2018.8.26.0100 movido pela PSE Engenharia Ltda buscando a cobrança de valores oriundos de serviços de engenharia do projeto “Anexo MASP”, que foi arquivado em 18 de agosto de 2020 quando foi homologado um acordo de pagamento à vista no valor de R\$ 885.000 já considerando as custas.

17 Recursos condicionados - “Projeto MASP em Expansão”

	2021	2020
Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão" a executar	91.765.313	30.733.096
Recursos empenhados – ativo imobilizado em andamento – (nota explicativa 11.a)	<u>14.254.627</u>	<u>3.648.437</u>
Total Recursos condicionados "Projeto Masp em Expansão"	106.019.939	34.381.533
Passivo circulante	91.765.313	30.733.096
Passivo não circulante	14.254.627	3.648.437

Demonstram-se nesta rubrica contábil os recursos exclusivamente privados recebidos com destinação específica para reforma do Edifício situado à Avenida Paulista, 1510, denominada “Projeto MASP em Expansão”, oriundos de recursos condicionais, isto é, valores destinados especificamente para este fim, e também de receitas financeiras líquidas originárias das aplicações realizadas com este montante. Os recursos mencionados totalizaram, em 31 de dezembro de 2021 R\$ 106.019.939 (R\$ 34.381.533 em 2020), sendo R\$ 101.623.179 (R\$ 34.076.933 em 2020) recursos transferidos e R\$ 4.396.760 (R\$ 304.600 em 2020) rendimentos líquidos de aplicações financeiras.

Do montante de R\$ 106.019.939, o valor de R\$ 10.217.537 foi recebido no exterior. A Entidade optou por não nacionalizar a verba para neutralizar variações cambiais de futuras despesas em moeda estrangeira.

Até 31 de dezembro de 2021 utilizou-se o montante de R\$ 14.254.627 (R\$ 3.648.437 em 2020) para obra do “Projeto MASP em Expansão”.

18 Patrimônio líquido

As receitas, decorrentes de doações patrimoniais, recebidas pela Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1. As receitas decorrentes de contribuições para custeio estão refletidas em contas de resultado.

Em caso de dissolução da Entidade, o seu patrimônio líquido (acervo) passará ao Governo do Estado de São Paulo, que o destinará à Pinacoteca do Estado de São Paulo ou, na sua falta, a instituições congêneres.

Fundo Social: é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.

Fundo patrimonial: foi constituído em 2017 com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira a médio e a longo prazo, e também perpetuar e proteger o patrimônio do MASP. Constituído essencialmente por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especialmente para este fim, em 31 de dezembro a Administração aprovou a alocação de recursos recebidos e rendimentos no montante de R\$ 1.154.488 (R\$ 1.418.033 em 2020) para o Fundo Patrimonial.

19 Receitas operacionais

	2021	2020
Projetos Incentivados (vide nota 14)	19.130.547	19.152.596
Doações (a)	11.184.589	10.439.386
Bilheteria	3.274.980	1.678.293
Gratuidade de Bilheteria	4.602.872	2.437.543
Subvenção para custeio (b)	2.636.563	1.051.796
Receitas Patrocínio Telefônica-Vivo (vide nota 15)	-	2.031.150
Venda de Produtos	1.051.873	380.194
Cessão de uso e eventos	395.524	303.916
Venda de Serviços	676.858	808.299
Diversas	562.413	191.045
Subtotal receitas operacionais	43.516.218	38.474.218
Gratuidades concedidas:		
Gratuidade de Bilheteria	<u>(4.602.872)</u>	<u>(2.437.543)</u>
Receitas operacionais	<u>38.913.346</u>	<u>36.036.675</u>

- (a) Em 2021, do total de doações recebidos pela Entidade, o montante de R\$ 560.787 (R\$ 580.552 em 2020) foi recebido com o objetivo de contribuir com o Fundo Patrimonial, que tem por objetivo garantir a sustentabilidade e a consecução do objeto social, da Entidade vide nota explicativa nº 9.
- (b) Os valores recebidos para custeio, através da Subvenção, conforme as Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores, foram empregados pela Entidade da seguinte maneira:

	2021	2020
Pessoal e encargos	(1.748.281)	(1.040.653)
Seguro saúde	(421.094)	-
Outros	<u>(467.188)</u>	<u>(11.143)</u>
	<u>(2.636.563)</u>	<u>(1.051.796)</u>

Conforme nota 14, o valor de R\$ 2.636.563 refere-se ao total de gastos incorridos em 2021. Porém, referem-se às verbas recebidas em 2020 e 2021. Os valores recebidos em 2020, empregados pela Entidade em janeiro e fevereiro de 2021 foram de R\$ 1.471.346, e os valores recebidos em 2021, empregados em dezembro do mesmo ano foram de R\$ 1.165.217.

20 Custos e despesas de projetos e administrativas

	2021	2020
Serviços Profissionais	(4.354.069)	(4.250.023)
Despesas gerais e administrativas	(5.597.730)	(5.430.902)
Serviços Gerais	(2.009.183)	(1.847.289)
Despesas com utilidades públicas	(2.263.802)	(1.604.284)
Manutenção Predial	(1.339.297)	(698.072)

Despesas com contingência/ reversão de contingência	39.873	1.081.267
Outros	<u>(1.561.553)</u>	<u>(2.443.979)</u>
Total	<u>(17.085.761)</u>	<u>(15.193.283)</u>
Custos e despesas de projetos	(12.030.977)	(11.871.953)
Custos e despesas administrativas	(5.054.784)	(3.321.330)

21 Pessoal e encargos de projetos e administrativos

	2021	2020
Salários	(6.302.511)	(6.086.873)
INSS	(1.869.838)	(1.818.699)
Provisões de férias e 13º salários	(1.339.164)	(1.333.297)
Assistência médica	(1.705.754)	(1.930.565)
Vale refeição	(1.146.316)	(1.189.610)
FGTS	(573.079)	(584.656)
Indenizações	(118.560)	(460.912)
Horas Extras	(52.226)	(79.434)
Outras	<u>(504.237)</u>	<u>(421.521)</u>
Total	<u>(13.611.685)</u>	<u>(13.905.567)</u>
Custos e despesas de projetos	(5.999.044)	(8.332.439)
Custos e despesas administrativas	(7.612.641)	(5.573.128)

22 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros passivos (a)	(2.701.878)	(2.716.946)
Variações monetárias passivas	(1.026.873)	(844.335)
Despesas de tarifas bancárias	(147.838)	(177.938)
Outras despesas financeiras	<u>(80.561)</u>	<u>(26.267)</u>
Total	<u>(3.957.150)</u>	<u>(3.765.486)</u>
Receitas financeiras		
Variação monetária	2.061.288	1.367.153
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	1.008.185	541.744
Outras receitas financeiras	<u>12.796</u>	<u>20.546</u>
Total	<u>3.082.270</u>	<u>1.929.443</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(874.880)</u>	<u>(1.836.043)</u>

(a) Refere-se substancialmente a atualização monetária do contas a pagar por negociação (nota 15).

23 Partes relacionadas

A Entidade não efetuou nenhuma transação ou contratou partes relacionadas e a Diretoria Estatutária e os conselheiros da Entidade não são remunerados.

24 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos dos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível A – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;

Nível B - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;

Nível C – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de taxas de câmbio

Os resultados da Entidade estão suscetíveis a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos financeiros, no caso conta corrente atrelada à moeda estrangeira, dólar norte-americano. A diretoria da Entidade, em conjunto com o Comitê de Investimentos, avalia continuamente as condições de mercado e os potenciais riscos associados à variação cambial.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

* * *

DocuSigned by:

Heitor Sant'anna Martins

B988012C1B90448...

Heitor Sant'anna Martins
Diretor Presidente

DocuSigned by:

Marcelo Santos Ribeiro

3222E5DDA04847A...

Marcelo Santos Ribeiro
Diretor Financeiro e Operações

DocuSigned by:

Marina Kolm Sgnotto

F02ED8C239BF476...

Marina Kolm Sgnotto
Contadora - CRC SP 242422/O-2